

CNPJ/MF nº 13.039.389/0001-20

rama de atuação, pela excelente localização e diversidade de recebimento de efluentes industriais para o pré-tratamento e as soluções encontradas num trabalho conjunto com seus mais de 1500 clientes. A planta automatizada e processos comerciais, operacionais, administrativos e financeiros, em um único sistema, desenvolvimento interno, vem facilitando o controle de dados e bem como trazendo uma produtividade melhor dentro do setor, desta forma consolidando a atuação da Companhia junto aos seus stakeholders. A Attend Ambiental já possui certificados chaves para o modelo de negócios como a ISO 14.001, ISO 17.025, ISO 37.001

EBITDA: (Valores expressos em milhares de reais) O EBITDA totalizou R\$61.120 em 2025, representando um aumento de 68% em relação a 2024 conforme demonstrado a seguir:

EBITDA	61.120	36.279
Receita líquida	110.664	89.614
% Margem EBITDA	55,23%	40,48%

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais	56.798	28.460
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		
Ajuste para conciliar o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	4.497	4.254
Resultado da alienação de imobilizado e intangível	28	8
Atualização monetária e encargos sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	1.643	4.115
Provisões (reversões) para perdas esperadas do contas a receber	(164)	231
Provisões (reversões) com demandas judiciais e administrativas	(869)	—
Variação cambial	—	(4)
Apropriação de juros sobre arrendamento	849	810
Amortização receita diferida subvenção governamental	—	(36)
	62.782	37.838

Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(3.215)	1.660
Impostos a recuperar	290	(4)
Outras contas a receber	(682)	22
Despesas antecipadas	(18)	7
Depósitos e cações	(23)	(56)
Fornecedores	1.373	(2.002)
Obrigações trabalhistas	(5.327)	2.079
Obrigações tributárias	(652)	(1.564)
Outras contas a pagar	(386)	(14)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	54.142	37.966
IRPJ e CSLL pagos e crédito recuperado	(15.844)	(7.406)
Liquidação de debêntures – juros	(2.446)	(3.513)
Pagamentos de arrendamento – juros	(849)	(810)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	35.003	26.237

financeiras em que ocorreram as mudanças. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • **Nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros.** **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes item reconhecido nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e estão mencionados na nota explicativa 11 - Aplicações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais:** a) **Moeda estrangeira:** i) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por recursos em contas bancárias de livre movimentação consideradas de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, assim como por aplicações financeiras de curto prazo com intenção de realização em um período inferior a três meses, avaliadas ao custo, acrescido de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por exercício inferior a 90 dias da data da aquisição. c) **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos

Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras vinculadas ou debêntures recompradas, líquidas de resgates	4.755	(8.631)
Aquisição de imobilizado	(7.188)	(3.828)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(2.433)	(12.459)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos e juros de financiamento	130	(31)
Liquidação de debêntures – principal	(3.690)	(17.097)
Pagamentos de principal do arrendamento	(116)	(98)
Dividendos pagos	(33.913)	(6.715)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(37.732)	(23.941)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.162)	(10.163)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.167	20.330
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.005	10.167

1. Contexto operacional: a) **Operações:** A Attend Ambiental S.A. ("Companhia" ou "Attend"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Pirarucu, nº 3.889 - Bloco I - Nova Aldeinha, Barueri - SP, foi constituída em 3 de novembro de 2010, tendo como objetivo social a prestação de serviços de pré-tratamento de efluentes líquidos (não domésticos) e condicionamento de lodo, em estação implantada e operando na região metropolitana da capital do estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e criação de infraestrutura semelhante em outros locais no Brasil e no exterior. O pré-tratamento de efluentes consiste em processos específicos para cada tipo de efluente, definidos em função de suas origens e características físico-químicas. O término da primeira fase da estação de tratamento de efluentes não domésticos composto pelas linhas verde e marrom ocorreu no primeiro trimestre do exercício de 2015, com capacidade para tratar um volume de 6.480 m³/dia e 4.800 m³/dia, respectivamente, dando início às operações/atividades da Companhia. Em abril de 2019, a segunda fase foi concluída, adicionando à estação de tratamento mais quatro linhas e uma capacidade adicional de 1.080 m³/dia. A operação da segunda fase foi iniciada em janeiro de 2019, com relação à linha amarela, e em abril de 2019 as demais linhas. Com isso, a Attend, em 31 de dezembro de 2025 e a partir de 2024, conta com as seguintes linhas de tratamento e seus respectivos efluentes típicos: • Linha verde - Chorume de aterros sanitários. • Linha marrom - Fossas sépticas, caixa de gordura, banheiro químico e outros efluentes não perigosos. • Linha amarela - Efluentes com metais pesados, substâncias ácidas e alcalinas provenientes de indústrias metal-mecânicas e de galvanoplastia, entre outras. • Linha cinza - Efluentes contaminados com óleo, emulsões oleosas, borras oleosas de indústrias químicas, petroquímicas e de acabamento de metais, entre outras. • Linha marrom-L - Lamas bentoníticas e lodos de ETE, provenientes de perfuração de poços, escavação e estação de tratamento de efluentes, entre outras. Os efluentes industriais, tidos como uma fonte poluidora deve obedecer a uma série de condições, inclusive o fiel cumprimento ao art. 19-A do Decreto nº 8.468/76 do Estado de São Paulo, o qual estabelece alguns critérios, tais como adequação do pH entre 6 e 10, temperatura inferior a 40° C etc. De acordo com as normas de proteção ambiental, tal como a Constituição Federal em seu art. 225, a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de crimes ambientais") e Lei Federal nº 6.938/81, a obrigação de pré-tratamento desses efluentes líquidos industriais (não domésticos) é de responsabilidade das próprias indústrias, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal, dado que pode conter produtos nocivos ao meio ambiente e à saúde humana. Em virtude do cumprimento dessas obrigações, a criação de uma estação de efluentes líquidos pode ser feita por qualquer entidade, já que, como consta da própria deliberação ARSEP nº 106/09, os efluentes devem ser tratados pelo próprio gerador dos resíduos, sendo este responsável por arcar com os respectivos custos de pré-tratamento. Desta forma, a Companhia não depende de concessão, autorização ou permissão do Poder Público para a prestação de serviços de pré-tratamento de efluentes líquidos industriais. Foram estudados os contratos vigentes para esta linha e, após testes, identificou-se que os mesmos poderiam ser tratados com a mesma eficiência na linha amarela, sem prejuízo à sua qualidade. Dessa forma, passamos a não mais ofertar tal serviço, agregando os poucos volumes destinados à linha azul no escopo de tratamento da linha amarela. Abaixo o desempenho econômico por linha de tratamento que foram observados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

pecuniárias em aberto perante os debenturistas. Com a reestruturação de dívidas com terceiros; ampliação da capacidade de geração de receita decorrente de recente ampliação da planta; assinatura de novos contratos firmados com clientes; e demais ações previstas no seu plano de negócios, a Administração entende que os fluxos de caixa a serem gerados pela Companhia serão suficientes para honrar compromissos assumidos. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando a sua continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir com suas obrigações de pagamentos decorrentes da folha de pagamento, fornecedores, financiamentos, arrendamento a pagar, ou de ordem tributária, conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 15 a 21. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tiveram sua emissão aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2026. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativa e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que envolvem julgamentos pela administração referentes à aplicação das políticas contábeis que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis e que apresentem informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 10 - Provisão para perdas esperadas de contas a receber de clientes; principais premissas com relação aos valores recuperáveis;

• Nota Explicativa nº 14 - Depreciação e amortização dos ativos imobilizável e intangível - Definição de vida útil e valores residuais.

• Nota Explicativa nº 13 e 19 - Arrendamento - Premissas usadas na mensuração do direito de uso de um ativo e do passivo de arrendamento, especialmente com relação às taxas de desconto para o cálculo do passivo de arrendamento. • Nota Explicativa nº 21 - Provisão para demandas judiciais e administrativas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos. • Nota Explicativa nº 26 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. A mensuração do valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores

	2025	2024	Variacão %
Linha verde	65.767	52.872	24%
Linha marrom	34.491	26.770	29%
Linha amarela	12.648	9.735	30%
Linha cinza	7.394	5.613	32%
Linha L. marrom	3.395	4.934	-31%
Outras	710	610	16%
Total	124.405	100.534	

b) **Reestruturação de dívida e pressuposto de continuidade operacional:** Em 23 de setembro de 2019, a Companhia emitiu a 1ª série de debêntures no valor de R\$55.000, custodiadas eletronicamente pela B3 através do Agente Fiduciário Vórb Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., firmado em 23 de setembro de 2019. A emissão de debêntures foi de caráter simples, não conversível em ações, com garantia fidejussória adicional, pela Emissora, e a distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. Em 26 de junho de 2024 houve o resgate antecipado dessa debênture, não restando obrigações.

ustos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, na seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos). • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis e usados para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis e níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações

a) como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **ii) Reconhecimento de receita:** De acordo com o CPC 47:

- 1) Receita de Contrato com Cliente, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, são eles: i) Identificar o contrato com o cliente;
- 2) Identificar as obrigações de desempenho previstas no contratatório;
- 3) Determinar o preço da transação;
- 4) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- 5) Reconhecer receita à receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação decorrente de desempenho. Considerando as características do mercado, dos contratos firmados pela Companhia e que o cumprimento da obrigação se dá quando da entrega dos serviços de tratamento de efluentes líquidos aos clientes, a Companhia reconhece a receita de serviços concluídos e os efluentes devidamente tratados. Após o tratamento, o líquido vai para a SABESP e o sólido para o aterro sanitário de terceiros. A política comercial geral da Companhia prevê alterações de preço por quantidade e tipo de efluentes tratados. Clientes não possuem preço variável, dependendo do volume descartado no mês.

No âmbito geral, quanto maior o "volume mínimo" acordado, menor será o preço unitário (tonelada) do tratamento. Adicionalmente, nos contratos firmados com seus clientes não há impacto relativo à contraprestação variável. Nos contratos com seus clientes não há requerimentos de que a Companhia deva efetuar pagamentos, tais como: i) bonificação ou crédito em conta por atingimento de campanhas de vendas com quantidade escalonada e ii) ressarcimento à cliente por redução no preço praticado. e) **Imobilizado:** i) Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, enquanto estiverem em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados durante o período em que as atividades relacionadas à construção estiverem sendo executadas. ii) Custos subsequentes: Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam para benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo até a imobilização, líquido dos seus valores residuais quando estimados usando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação são, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. iv) **Intangível:** i) Reconhecimento e mensuração: Os intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo líquido deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas decorrentes por redução ao valor recuperável. ii) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iii) Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. **Instrumentos financeiros não derivativos:** i) Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) Classificação e mensuração subsequente: • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os resultados líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

os. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é contabilizado no resultado. **Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despeito de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. iii) **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. iv) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. h) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. i) **IRPJ e CSLL sobre o lucro e impostos correntes:** O IRPJ e a CSLL são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o IRPJ e de 9% para a CSLL sobre o lucro líquido. A Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de imposto decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Ativo e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente os

continuação ➔

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



continuação

	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	3.236	3.236
Fornecedores	7.148	7.148
Arrendamento	8.673	8.673
Debêntures	19.057	19.057

28. Seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que

Attend Ambiental S.A.

a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros em suas operações.

Natureza	R\$
Responsabilidade ambiental	30.000
Responsabilidade civil	10.000
Predial	35.515

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

Diretoria		
Ricardo Pelucio	Henrique Sales Cunha Gaspari	Regiane Di Luoffo Oliveira
José Marcelo dos Reis - Contador - CRC-1SP290009/O-8		

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Attend Ambiental S.A.**, Barueri – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Attend Ambiental S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Existência e reconhecimento de receitas de serviços de tratamentos de efluentes industriais:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou receitas líquidas de R\$110.664 mil (R\$89.614 mil em 2024). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que as receitas sejam reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas da Companhia são oriundas predominantemente da prestação de serviços de tratamento de efluentes líquidos industriais. O reconhecimento contábil se dá quando o serviço é prestado ao cliente, ou seja, quando os efluentes líquidos são efetivamente tratados. Devido à relevância dos valores envolvidos, a natureza e a extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar os resultados desses procedimentos, consideramos a existência e reconhecimento de receitas de serviços de tratamento de efluentes industriais como um principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos no reconhecimento de receitas de serviços de limpeza de efluentes líquidos; (ii) Avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) Validação da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) Reconciliação entre controle analítico de faturamento do departamento financeiro e os registros contábeis para o exercício; (v) Aplicação da estratégia de auditoria digital, cuja base de análise compreendia todos os lançamentos contábeis registrados no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e o relatório analítico de contas a receber dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, para a comparabilidade entre eles; (vi) Com base nos dados citados no item (v) acima, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria para confirmar a existência, valorização, competência de exercício (período correto) dos registros contábeis e apresentação dos saldos nas demonstrações financeiras, respectivamente: (a) Correlação entre a receita, contas a receber e recebimentos com foco na validação da natureza e origem dos saldos contabilizados nessas rubricas; (b) Seleção, em base amostral, de notas fiscais para a realização dos seguintes procedimentos de auditoria: validação do volume faturado e do preço praticado conforme os respectivos termos contratuais; recebimento subsequente da nota fiscal ou evidência do serviço prestado com base nos controles de aferição de peso de entrada e saída dos caminhões de transporte de efluentes líquidos na portaria; (c) Seleção amostral, das notas fiscais de prestação de serviços de tratamento de efluentes emitidas nos últimos dias do exercício de 2025 e nos primeiros dias do ano de 2026, e realizamos confronto dessas notas fiscais com os relatórios de descartes emitido pela área operacional, além da verificação das informações para concluir se as transações foram reconhecidas no período contábil correto; e, (d) Análise da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas de serviços de tratamentos de efluentes industriais, que está consistente com a avaliação da Administração,

consideramos que os critérios e premissas usados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia na nota explicativa 23. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento o das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 11 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes
CRC SP-027623/F
Marcos Roberto Spionchiano - Contador
CRC SP-175536/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

ICP
Brasil

←

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

PDC Participações S.A.									
CNPJ/MF nº 15.569.107/0001-22									
Relatório da Administração									
Senhores Acionistas: Em atendimento às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. A Diretoria da PDC Participações S.A. declara, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. São Paulo, 11 de março de 2026. A Diretoria									
Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)									
Ativo		Nota	Passivo e Patrimônio Líquido		Nota				
Circulante	Explicativa	31/12/2025	31/12/2024	Circulante	Explicativa	31/12/2025	31/12/2024		
Caixa e equivalentes de caixa	4	–	1	Contas a pagar – partes relacionadas	5	358	284		
Total do Ativo Circulante		–	1	Outras contas a pagar		–	12		
				Total do Passivo Circulante		358	296		
Não Circulante				Patrimônio Líquido					
Investimentos em controladas e coligadas	7	300.053	282.909	Capital social	9	608.563	608.563		
Total do Ativo Não Circulante		300.053	282.909	Reserva de transação de capital		(78.657)	(68.657)		
				Prejuízos acumulados		(230.211)	(247.292)		
				Total do patrimônio líquido		299.695	282.614		
Total do Ativo		300.053	282.910	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		300.053	282.910		
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.									
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)									
		Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva de transação de capital	Ganho por diluição de participação em investida	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		608.563	(126.059)	Perda por diluição de participação em investida	(198.487)	245.888	(180.344)	349.561	
Prejuízo do exercício		–	–			–	(66.947)	(66.947)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		608.563	(126.059)		(198.487)	245.889	(247.292)	282.614	
Lucro líquido do exercício		–	–		–	–	17.081	17.081	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		608.563	(126.059)		(198.487)	245.889	(230.211)	299.695	
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.									
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Expressas em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)									
1. Contexto Operacional – A PDC Participações S.A. (“Sociedade”), criada em 9 de maio de 2012, tem como objetivo a participação em outras empresas, civis e comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais. A Sociedade não possui receitas operacionais e depende de recursos financeiros de partes relacionadas para pagamento de despesas administrativas necessárias para a continuidade de suas operações, bem como para a liquidação dos seus passivos contratados. A PDC Participações S.A. é constituída por capital estrangeiro, sendo o seu acionista direto a Participes em Brasil S.L. (“Participes”). Em 3 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Participes em Brasil S.L. (“Participes”), controladora da PDC, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A. (“Abertis”), sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL (“Brookfield”), uma sociedade organizada e existente de acordo com a lei de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da PDC, respectivamente. Em 14 de setembro de 2016 a Sociedade começou a participar na Arteris S.A. (“Arteris” ou “Investida”) por meio da subscrição e integralização de 59.415.507 ações mediante a capitalização dos créditos decorrentes do instrumento de adiantamento para futuro aumento de capital celebrado entre a Sociedade e a Arteris em 2 de junho de 2016 no montante de R\$597.720, e passou a ser acionista da Arteris com participação de 12,56%, que posteriormente foi diluída para 7,946% conforme nota explicativa nº 6. A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Investida”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 12º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Arteris S.A. é constituída por um <i>mix</i> de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a <i>holding</i> não financeira espanhola Participes em Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC, e (iii) a <i>holding</i> brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 11 de março de 2026. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os valores das demonstrações contábeis apresentadas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, provisões para riscos fiscais e cíveis, que apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. Políticas Contábeis Materiais – As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. 3.1 Instrumentos financeiros: 3.1.1 Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão são acrescidos no valor do instrumento. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. 3.1.2 Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i>, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas									
Ativos financeiros a VJR		Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.							
Ativos financeiros a custo amortizado		Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.							
Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos									

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro (prejuízo) do exercício por ação básico e diluído)				
		Nota		
		explicativa	31/12/2025	31/12/2024
(Despesas) Receitas Operacionais		10	(63)	(89)
Gerais e administrativas				
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro			(63)	(89)
Equivalência patrimonial		7	17.144	(66.858)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			17.081	(66.947)
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Correntes		6	–	–
Diferidos		6	–	–
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício			17.081	(66.947)
Lucro (Prejuízo) por Ação Básico e Diluído – R\$		11	0,0281	(0,1100)
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				
Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)				
		Nota		
		explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			17.081	(66.947)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			17.081	(66.947)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial		7	(17.144)	66.858
Aumento dos passivos operacionais:				
Contas a pagar – partes relacionadas		5	75	77
Obrigações fiscais			(1)	–
Outras contas a pagar			(12)	12
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais			(1)	–
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa			(1)	–
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício			1	1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício			–	1
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				

02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - “Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações Contábeis”, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Sociedade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **3.1.2 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao CPC 48/IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” e CPC 40/IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Evidenciação” para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • Alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no CPC 48/IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do CPC 40/IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como *“contracts referencing nature-dependent electricity”*. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting (cash flow hedge)* e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidade, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Sociedade está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do CPC 51/IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Sociedade desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51/IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do CPC 51/IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



RZK Concessões S.A.

CNPJ/ME nº 39.893.036/0001-87 - NIRE 35.300.559.894

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 27 de setembro de 2023, às 09:00 horas, na sede social da **RZK Concessões S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, à Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre II, 2º andar, sala 101, bairro Cidade Jardim, CEP: 05676-120. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das S.A."), em virtude da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do "Livro de Presença de Acionistas" da Companhia. **3. Mesa:** Sr. José Ricardo Lemos Rezek, Presidente; e Sr. Ricardo Maziero de Oliveira, Secretário. **4. Ordem do Dia:** delibera sobre: **(i)** a alteração do objeto social da Companhia; **(ii)** a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, preliminarmente, aprovou: **(i)** A alteração do objeto social da Companhia, com a consequente modificação da Cláusula Terceira do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Cláusula Terceira** – A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades empresariais de: (1) a participação societária, como quotista ou acionista, em outras sociedades que desenvolvam projetos de investimento em infraestrutura; (2) concessões públicas de qualquer natureza; (3) gestão, administração, operação e exploração comercial de terminais rodoviários, ferroviários e rodoferroviários (CNAE 5222-2); (4) gestão, administração, operação e exploração comercial de terminais urbanos; (5) administração, operação e exploração comercial de aeroportos e aeródromos; (6) administração e gestão de parques, estacionamentos de veículos, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; (7) exploração de terminais rodoviários e ferroviários (CNAE 52.22-2-00); (8) gestão e administração da propriedade imobiliária (CNAE 68.22-6-00); (9) atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário (CNAE 74.90-1-04); (10) administração da infra-estrutura portuária (CNAE 52.31-1-01); (11) administração e terceirização no regime de concessão pública, permissão ou locação de bens públicos, móveis e imóveis em geral, limpeza de prédios e demais equipamentos públicos; (12) gestão de ativos intangíveis não-financeiros; (13); gestão de marcas e naming rights (direito de nome) em equipamentos públicos e privados; (14) gestão, administração, operação e exploração comercial de portos (CNAE 5231-1); (15) gestão, administração e exploração comercial de redes de Wi-Fi em equipamentos públicos e privados; (16) operação dos aeroportos e campos de aterrissagem (CNAE 52.40-1-01); (17) locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, se condutos (CNAE 77.19-5-99); (18) outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente (CNAE 51.29-0-99); (19) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (CNAE 82.19-9-99); (20) estacionamento de veículos (CNAE 52.23-1-00); (21) estudos de viabilidade; (22) modelagem financeira; (23) modelagem econômica, planejamento e pesquisas de mercado, elaboração de estudos para PMI – Proposta de Manifestação de Interesse junto a órgãos públicos; (24) planejamento, implantação e exploração comercial de centros de eventos e centros comerciais; (25) agência de publicidade (CNAE 7311-4); (26) holdings de instituições não-financeiras (CNAE 6462-0)." **(ii)** A reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações aprovadas nos termos desta ata, o qual passará a vigorar com a redação constante do Anexo I a esta Ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo/SP, 27 de outubro de 2023. Mesa: José Ricardo Lemos Rezek, Presidente; Ricardo Maziero de Oliveira, Secretário. Acionista: **RZK Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, p. José Ricardo Rezek. JUCESP nº 45.949/24-4 em 02/02/2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL, Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto e Prazo de Duração. Cláusula Primeira – A **RZK Concessões S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social ("**Estáuto**") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Cláusula Segunda** – A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre II, 2º andar, sala 101, bairro Cidade Jardim, CEP 05676-120, podendo, por deliberação de acionistas representando a maioria do capital social, e satisfetos os requisitos legais e regulamentares, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Cláusula Terceira** – A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades empresariais de: (1) a participação societária, como quotista ou acionista, em outras sociedades que desenvolvam projetos de investimento em infraestrutura; (2) concessões públicas de qualquer natureza; (3) gestão, administração, operação e exploração comercial de terminais rodoviários, ferroviários e rodoferroviários (CNAE 5222-2); (4) gestão, administração, operação e exploração comercial de terminais urbanos; (5) administração, operação e exploração comercial de aeroportos e aeródromos; (6) administração e gestão de parques, estacionamentos de veículos, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; (7) exploração de terminais rodoviários e ferroviários (CNAE 52.22-2-00); (8) gestão e administração da propriedade imobiliária (CNAE 68.22-6-00); (9) atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário (CNAE 74.90-1-04); (10) administração da infra-estrutura portuária (CNAE 52.31-1-01); (11) administração e terceirização no regime de concessão pública, permissão ou locação de bens públicos, móveis e imóveis em geral, limpeza de prédios e demais equipamentos públicos; (12) gestão de ativos intangíveis não-financeiros; (13); gestão de marcas e naming rights (direito de nome) em equipamentos públicos e privados; (14) gestão, administração, operação e exploração comercial de portos (CNAE 5231-1); (15) gestão, administração e exploração comercial de redes de Wi-Fi em equipamentos públicos e privados; (16) operação dos aeroportos e campos de aterrissagem (CNAE 52.40-1-01); (17) locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, se condutos (CNAE 77.19-5-99); (18) outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente (CNAE 51.29-0-99); (19) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (CNAE 82.19-9-99); (20) estacionamento de veículos (CNAE 52.23-1-00); (21) estudos de viabilidade; (22) modelagem financeira; (23) modelagem econômica, planejamento e pesquisas de mercado, elaboração de estudos para PMI – Proposta de Manifestação de Interesse junto a órgãos públicos; (24) planejamento, implantação e exploração comercial de centros de eventos e centros comerciais; (25) agência de publicidade (CNAE 7311-4); (26) holdings de instituições não-financeiras (CNAE 6462-0). **Cláusula Quarta** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Cláusula Quinta** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único** – As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo III. Assembleia Geral. Cláusula Sexta** – Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral ordinariamente, nos 4 (quatro) meses subsequentes ao término de cada exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral deverá ser convocada por qualquer membro do Conselho de Administração ou na forma da lei, sendo que a primeira convocação deverá ser feita com antecedência de, pelo menos, 8 (oito) dias, e a segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. **Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração, da Diretoria ou acionista presente, que designará um secretário, dentre os presentes, para auxiliá-lo. **Parágrafo Terceiro** – Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatário nomeado na forma do Art. 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Quarto** – Independentemente das formalidades previstas nesta Cláusula, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Parágrafo Quinto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais considerar-se-ão instaladas, em primeira convocação, com acionistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **Parágrafo Sexto** – Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada, em livro próprio, ata a ser assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. **Cláusula Sétima** – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas que representem a maioria do capital social com direito de voto, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social. **Capítulo IV. Administração. Cláusula Oitava** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **Parágrafo Primeiro** – Salvo expressa renúncia, pelos administradores, a qualquer remuneração pelo exercício de suas funções na Companhia, a remuneração global dos administradores será estabelecida anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a definição da sua alocação entre seus membros e a Diretoria. **Parágrafo Segundo** – Os administradores ficam dispensados de prestar caução ou qualquer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Terceiro** – É permitida a acumulação das funções de membro do Conselho de Administração e Diretor, na forma da lei. **Parágrafo Quarto** – O membro do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura do respectivo termo de posse nos livros de Atas do Conselho de Administração e da Diretoria e permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos novos administradores eleitos, estando sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos na Lei nº 6.404/76. **Seção I - Conselho de Administração. Cláusula Nona** - O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) Presidente, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único** – Em caso de vacância definitiva ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, deverá ser convocada uma Assembleia Geral no prazo de 15 (quinze) dias, para indicar o substituto, que completará o prazo de mandato do Conselheiro substituído. **Cláusula Décima** – O Conselho de Administração deverá se reunir sempre que convocado por um de seus membros, observados os interesses da Companhia, por escrito, mediante correspondência encaminhada a todos os membros, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, devendo conter a respectiva ordem do dia e as demais matérias a serem discutidas durante a reunião. **Parágrafo Primeiro** – Será dispensada a convocação da Reunião do Conselho de Administração sempre que todos os membros estiverem presentes. **Parágrafo Segundo** – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença de membros em número suficiente para a aprovação das respectivas matérias constantes da ordem do dia. **Parágrafo Terceiro** – Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio. **Parágrafo Quarto** – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos seus membros eleitos. **Cláusula Décima Primeira** – Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixadas neste Estatuto Social: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) eleger os membros da Diretoria; c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos; d) convocar a Assembleia Geral; e) aprovar e/ou alterar o orçamento anual da Companhia; e f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria. **Seção II – Diretoria. Cláusula Décima Segunda** – A Diretoria será composta por 3 (três) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo Financeiro e 1 (um) Diretor sem designação específica, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. **Cláusula Décima Terceira** – Compete à Diretoria a administração e a gestão dos negócios sociais, a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionem com os objetivos da Companhia, observados os termos deste Estatuto Social. **Cláusula Décima Quarta** – Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76, a Companhia será representada e se obrigará: pela assinatura de (i) 2 (dois) Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente; (ii) procuradores nomeados nos termos do Parágrafo Único abaixo. **Parágrafo Único** – As procurações serão sempre outorgadas por 2 (dois) Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente, deverão ter prazo de validade determinado, não superior a 1 (um) ano, exceto pelas procurações outorgadas a advogados para fins de representação em processos judiciais ou administrativos, as quais poderão ter prazo de vigência indeterminado. **Cláusula Décima Quinta** – São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por Diretores, procuradores ou colaboradores da Companhia que sejam estranhos ao objeto e aos negócios sociais. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Cláusula Décima Sexta** – A Companhia possuirá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que será composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes. O Conselho Fiscal será eleito e instalado pela Assembleia Geral em conformidade com as disposições legais aplicáveis e exercerá as atribuições impostas por lei. **Capítulo VI. Exercício Social, Lucros e Distribuição. Cláusula Décima Sétima** – O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro** – Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Os lucros líquidos verificados terão a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e c) o saldo remanescente deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou mesmo a retenção de todo o lucro, na forma do Artigo 202, § 4º, da Lei nº 6.404/76, e observado o disposto neste Estatuto Social. **Parágrafo Terceiro** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, para apuração dos lucros dos respectivos períodos e pagamento de dividendos aos acionistas. Esses dividendos serão considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII. Dissolução e Liquidação. Cláusula Décima Oitava** – A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo VIII. Disposições Finais. Cláusula Décima Nona** – Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou divergências porventura surgidas na interpretação do presente Estatuto. São Paulo/SP, 27 de outubro de 2023.

Fercoi S.A.

CNPJ/MF nº 60.806.460/0001-33

NIRE 35.300.064.097

Aviso aos Senhores Acionistas

A Diretoria em exercício comunica os Srs. Acionistas que os documentos para realização de Assembleia Geral Ordinária (art. 133 da Lei 6404/76), relativa ao exercício social findo em 31/12/2025, encontram-se disponíveis na sede social. A Diretoria em exercício, **Sandra Fernandes e Marta Fernandes Toschi.**

Brassinter S/A Indústria e Comércio

CNPJ 56.994.460/0001-37

Editai de Convocação - Assembleia Geral Ordinaria - AGO

Ficam convidados os senhores acionistas da **Brassinter S/A Indústria e Comércio** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), no dia **22 de Abril de 2026** as 10:00 horas na rua Benedito Fernandes, nº 545, Salas 815/816, no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo para discutir e deliberar a a seguinte ordem do dia: **1º)** Relatório da Administração balanço e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025; **2º)** Eleição da Diretoria; **3º)** Fixação de honorários da Diretoria; e **4º)** Demais assuntos de interesse da Companhia. Achar-se a disposição dos acionistas as demonstrações financeiras referente ao exercício de 2025. São Paulo, 17 de marco de 2026. **Ary Frederico Torres Neto** – Diretor Superintendente **(17, 18 e 19/03/2026).**

Delphys Partners S.A.

CNPJ nº 48.368.863/0001-42

Editai de Convocação de Assembleia Geral

A **Delphys Partners S.A.**, inscrita no CNPJ 48.368.863/0001-42 e NIRE 3530060818-6, pelo seu Diretor, Sr. Márlen Pereira De Oliveira, convoca os acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Companhia na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, Andar 3, bairro Jardim Paulistano, em São Paulo/SP, CEP nº 01.451-000, inscrita no CNPJ sob o nº 48.368.863/0001-42, às 15 horas e 30 minutos do dia 27 de março de 2026 para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Proposta de aumento do capital social de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para R\$15.000.000,00 com a emissão de 14.800.000 (quatorze milhões e oitocentas mil) ações. Os acionistas participarão e votarão a distância, mediante atuação remota via sistema eletrônico ZOOM, que poderá ser acessado em <https://us02web.zoom.us/j/81206410713?pwd=SaX3YlYlOUQ0WmNoNlN2Z7xZUzUkN8.1> ID da reunião: 812 0641 0713 Senha: 372409. Para admissão na reunião, os acionistas deverão apresentar documento de identidade e, caso o acionista se fizer representar por procurador, este deverá apresentar documento de identidade e procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do art. 126, §1º da Lei 6.404/76 por instrumento público ou particular, assinada manualmente ou com assinatura eletrônica. A Companhia informa, ainda, que estão disponíveis em sua sede social todos os documentos necessários à adequada informação dos seus acionistas e o exercício do direito de voto sobre as matérias constantes da ordem do dia acima enumeradas. São Paulo, 16 de março de 2026 **Márlen Pereira de Oliveira**, Diretor. (17, 18 e 19/03/2026)

ESOL Locação de Infraestrutura SPE S.A.

CNPJ 57.126.426/0001-03 - NIRE 35.300.669.355

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de Março de 2026

1. Data, Hora e Local: aos 04 dias do mês de março de 2026, às 12:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Rua República do Itaque, nº 40, conjunto 405, Jardim Oswaldo Cruz, CEP 12216-540. **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** **Presidente** – Sr. Marcelo Azevedo Felipe; e **Secretária** – Sra. Flávia Lopes de Freitas. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(i)** a realização de uma operação financeira ("**Operação**") pela Companhia, mediante a emissão de debêntures ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), nos termos do *Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da ESOL Locação De Infraestrutura SPE S.A ("Escritura de Emissão de Debêntures")*, a ser celebrado com a **Terra Investimentos Distribuidora de Títulos Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 03.751.794/0001-13, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 100, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-000 ("**Agente Fiduciário**"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"), e com garantidores da Operação; **(ii)** a constituição, pela Companhia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de determinadas garantias para assegurar o integral e fiel cumprimento de todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Operação ("**Obrigações Garantidas**"), incluindo: **(ii.1)** a outorga da cessão fiduciária sobre os direitos creditórios oriundos do Contrato de Locação de Usina, da Conta Vinculada e dos recursos depositados na Conta Vinculadas, conforme termos definidos e na forma prevista no *Instrumento Particular de Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia e Outras Avenças*, a ser celebrado pela Companhia, pelo Agente Fiduciário e outros ("**Cessão Fiduciária**" e "**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**", respectivamente); **(ii.2)** a outorga de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de titularidade da Companhia, na forma prevista no *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia e Outras Avenças*, a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("**Alienação Fiduciária de Equipamentos**" e "**Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos**", respectivamente); **(ii.3)** quaisquer outras garantias que sejam exigidas da Companhia no âmbito da Operação ("**Garantias Adicionais**"), por força e nos termos de todos os instrumentos firmados no âmbito da Operação, ou a elas relacionados, que compreendem a Escritura de Emissão de Debêntures, os instrumentos de garantias e demais instrumentos correlatos, inclusive eventuais aditamentos, os quais deverão ser sempre interpretados em conjunto ("**Documentos da Operação**"); **(iii)** a anuência da Companhia à alienação fiduciária de participações detidas pelos acionistas da Companhia, representativas da totalidade de seu capital social, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, na forma prevista no *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Participações em Garantia e Outras Avenças*, a ser celebrado entre os acionistas da Companhia, o Agente Fiduciário e outros, com anuência da Companhia ("**Alienação Fiduciária de Participações**" e "**Contrato de Alienação Fiduciária de Participações**", respectivamente), de modo a assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas; **(iv)** a designação de procuradores da Companhia, pelo prazo de duração da Operação, para a prática de atos relacionados à Operação, conforme necessário; **(v)** a autorização à Diretoria da Companhia para implementar as medidas necessárias conforme as deliberações a serem tomadas com relação à Operação; e **(vi)** a ratificação dos atos praticados pela Diretoria da Companhia referentes à Operação. **5. Deliberações:** após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem restrições: **(i)** aprovar a Emissão das Debêntures pela Companhia, com as seguintes características e condições principais, e que serão detalhadas e reguladas por meio da celebração da Escritura de Emissão de Debêntures, bem como a realização da Operação pela Companhia, mediante a celebração dos Documentos da Operação pertinentes, inclusive eventuais aditamentos que se fizerem necessários: **(a) Número da Emissão:** a Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; **(b) Número de Séries:** a Emissão das Debêntures será realizada em série única; **(c) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão é de R\$44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais), na Data de Emissão, abaixo definida, distribuído em regime de melhores esforços; **(d) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão, abaixo definida; **(e) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures; **(f) Destinação dos Recursos:** os recursos obtidos pela Companhia decorrentes das Debêntures serão utilizados exclusivamente para o custeio de despesas futuras vinculadas e atinentes à implantação, manutenção e operação dos projetos de implantação de central de energia elétrica solar fotovoltaicas de minigeração distribuída, descritos e caracterizados na Escritura de Emissão de Debêntures ("**Projetos**"), observados os termos nela previstos; **(g) Data de Emissão:** para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão de Debêntures; **(h) Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures terão o prazo previsto na Escritura de Emissão de Debêntures, vencendo na última Data de Pagamento prevista no Cronograma de Pagamentos, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures; **(i) Comprovação de Titularidade:** para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, pelo extrato expedido pela B3 em nome do respectivo titular da respectiva Debênture; **(j) Locação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, a qual será objeto de registro pela CVM por meio do rito automático, nos termos da Lei 6.385, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, sob o regime de melhores esforços de colocação para o Valor Total da Emissão, conforme detalhado no âmbito do Contrato de Distribuição; **(k) Forma de Subscrição e Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo respectivo Preço de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3; **(l) Resgate:** o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ocorrerá conforme as hipóteses previstas na Escritura de Emissão de Debêntures; **(m) Conversibilidade, Tipo e Forma:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelais ou certificados; **(n) Espécie:** as Debêntures serão da espécie "quirográfrica" e serão automaticamente convoladas na espécie "com garantia real", mediante celebração de aditamento à Escritura de Emissão de Debêntures, nos termos nela previstos; **(o) Garantia Fidejussória:** as Debêntures contarão com garantia fidejussória, na forma de fiança, na forma prevista na Escritura de Emissão de Debêntures; **(p) Garantias Reais:** as Debêntures contarão com garantia real, representada pela Alienação Fiduciária de Participações, pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e pela Alienação Fiduciária de Equipamentos, na forma prevista na Escritura de Emissão de Debêntures e nos Documentos da Operação; **(q) Fundos:** as Debêntures contarão, ainda, com a constituição de fundos de recursos para fazer frente a eventuais inadimplências pecuniárias da Companhia e/ou dos garantidores durante a vigência da Operação, e para o desenvolvimento dos Projetos (Fundo de Reserva e Fundo de Obras), cada qual na forma prevista na Escritura de Emissão de Debêntures; **(r) Data de Integralização:** qualquer data em que forem integralizadas, parcial ou totalmente, as Debêntures; **(s) Vencimento Antecipado:** as obrigações decorrentes das Debêntures poderão ser consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial à Companhia, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, observados os prazos de cura, conforme aplicáveis, e as condições estabelecidas na Escritura de Emissão de Debêntures; **(t) Encargos Moratórios:** em caso de mora de qualquer das obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão de Debêntures, a Companhia ficará, de forma imediata e independentemente de qualquer notificação, pelo período que decorrer da data da efetivação da mora até a efetiva liquidação da dívida, sujeita ao pagamento dos seguintes encargos moratórios, calculados, cumulativamente, da seguinte forma: (i) multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo total vencido e não pago; (ii) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplimento até a data do efetivo pagamento, incidente sobre o valor em atraso; e, (iii) reembolso de quaisquer despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário na cobrança do crédito; na forma prevista na Escritura de Emissão de Debêntures; **(u) Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures até a integral liquidação das Debêntures, pela variação acumulada positiva do IPCA, desde a data de início de rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento, calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis (base 252), sendo que o produto da Atualização Monetária será automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, e será calculado na forma prevista na Escritura de Emissão de Debêntures; **(v) Remuneração das Debêntures:** sobre o Valor Nominal Unitário atualizado (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures incidirão juros remuneratórios prefixados de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures, ou a Data de Pagamento das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures será realizado na forma prevista na Escritura de Emissão de Debêntures; **(w) Periodicidade de Pagamentos:** os valores devidos a título de Remuneração serão pagos mensalmente, de acordos com as respectivas Datas de Pagamento indicadas no Cronograma de Pagamentos, nos termos estabelecidos na Escritura de Emissão de Debêntures; **(x) Classificação de Risco:** as Debêntures não serão objeto de classificação de risco (*rating*); **(y) Repactuação:** não haverá repactuação programada das Debêntures; e, **(z) Demais Condições:** todas as demais condições específicas da Emissão das Debêntures serão previstas na Escritura de Emissão de Debêntures. **(ii)** aprovar a constituição, pela Companhia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, das seguintes garantias: **(i)** Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; **(ii)** Alienação Fiduciária de Equipamentos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; e **(iii)** Garantias Adicionais, ficando a Diretoria da Companhia desde já autorizada a determiná-las e/ou substituí-las no âmbito da Operação, podendo praticar todos e quaisquer atos exigidos para a sua constituição ou substituição, conforme aplicável, na forma estabelecida nos Documentos da Operação; **(iii)** aprovar a anuência da Companhia à Alienação Fiduciária de Participações, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Participações; **(iv)** aprovar a designação de procuradores da Companhia, pelo prazo de duração da Operação, para a prática de atos relacionados à Operação, conforme necessário, excetuando qualquer limitação prevista no Estatuto Social da Companhia; **(v)** autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar os Documentos da Operação pertinentes, inclusive eventuais aditamentos, bem como praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à estruturação, implementação e conclusão da Emissão e da Operação, incluindo, sem limitação: **(a)** negociar, celebrar e executar todos os Documentos da Operação, bem como quaisquer aditamentos, retificações, anexos e outros instrumentos que venham a alterar, complementar ou substituir os termos, condições e características da Operação; **(b)** definir e ajustar o valor total da Emissão e a quantidade de Debêntures emitidas, conforme aplicável; **(c)** contratar quaisquer prestadores de serviços profissionais, técnicos ou de apoio necessários à Operação, incluindo, sem limitação, assessores legais, financeiros e contábeis, agentes fiduciários, custodiantes e escrituradores; **(d)** requerer e obter quaisquer registros, aprovações, licenças e autorizações perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias, agências reguladoras e serventias extrajudiciais competentes; e **(e)** cumprir e implementar todas as condições precedentes e obrigações estabelecidas nos Documentos da Operação; e **(vi)** ratificar todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia até a presente data para fins de realização da Emissão das Debêntures e da Operação. **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, depois de lida e aceita, foi assinada por todos os presentes. *A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São José dos Campos/SP, 04 de março de 2026. **Mesa: Marcelo Azevedo Felipe** - Presidente; **Flávia Lopes De Freitas** - Secretária. **Acionistas: ESOL Energia Soluções Sustentáveis Ltda.** - (por sua administradora Flávia Lopes de Freitas) **Flávia Lopes de Freitas**. Jucesp nº 1.143.340/26-7 em 11/03/2026. **Marina Centurion Dardani** - Secretário Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Hidrovios do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta
Edital de Participação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
a ser realizada em 13 de abril de 2026

A **Hidrovios do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 1.343, 7º andar, Bela Vista, CEP 01317-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral" ou "AGOE"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º § 2º, inciso I e art 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 13 de abril de 2026, às 10:00 horas, através da Plataforma Digital ("Plataforma"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Relatório Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 3. Deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 4. Determinar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato; 5. Deliberar sobre a eleição da chapa de membros do Conselho de Administração da Companhia; 6. Deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; 7. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2026; 8. Deliberar sobre a eleição da chapa de membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2026; e 9. Aprovação da remuneração anual e global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia e do modo de (a) atualizar o capital social integralizado da Companhia, devido ao cancelamento no registro de capital social da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, realizado em 08 de maio de 2025, e (ii) atualizar o objeto social, mediante a inclusão de atividades já desenvolvidas pela Companhia por meio de suas subsidiárias integrais. **Informações Gerais:** 1. Documentos à disposição dos acionistas: O manual para participação na Assembleia Geral ("Manual para Participação dos Acionistas"), a Proposta da Administração ("Proposta"), bem como toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e os Boletins de Voto a Distância ("Boletim" ou "Boletins"), foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). 2. Participação e votação na Assembleia: Poderão participar da Assembleia ou convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, conforme orientações constantes do Manual para Participação dos Acionistas. A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam nos Boletins e no Manual para Participação dos Acionistas, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. Documentos necessários para participação na AGOE: Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia, por si próprios, seus representantes legais ou seus procuradores poderão participar da AGOE. Os Acionistas que desejem participar da AGOE deverão enviar todos os documentos necessários para habilitá-los a participar e/ou votar na AGOE para e-mail n@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, conforme indicado no Manual de Participação dos Acionistas com antecedência mínima de dois dias da data designada para a AGOE, ou seja, até o dia 11 de abril de 2026. **Nos termos do artigo 6º § 3º da Resolução CVM 81, não será concedido acesso à Plataforma aos Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo previsto neste Edital.** 4. Documentos de representação dos acionistas: A Companhia dispensará a necessidade de notificação, consolidação, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos pelo e-mail indicado no item 3 acima. 5. Informações para participação e votação na Assembleia Geral: Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma e para envio dos Boletins, constam no Manual para Participação dos Acionistas, contendo a Proposta e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 6. Votação por meio de Boletim: Os Boletins poderão ser enviados pelos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do depositário central, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Manual para Participação dos Acionistas e dos Boletins, que podem ser acessados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 7. Voto Múltiplo: Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 70"), o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da Assembleia Geral, nos termos do § 1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. 8. Instalação do Conselho Fiscal: Nos termos do artigo 5º, inciso IA da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de 2%. São Paulo, 13 de março de 2026. **Marcos Marinho Lutz – Presidente do Conselho de Administração.** (14, 17 e 18/03/2026)

Weduma Empreendimentos, Administração e Participações S.A.

CNPJ nº 54.252.986/0001-16 - NIRE 35 3 00119568

Ata da Assembléia Geral Extraordinária em 11 de fevereiro de 2026

Data, Hora e Local: Em 11 de Fevereiro de 2026, às 10:00 horas, na Avenida Paulo Faccini, no 925 – Torre C, sala 504, em Guarulhos, SP. **Convocação e Anúncios:** Regularmente convocada conforme editais de convocação publicados no jornal Diário de Notícias nas edições dos dias 31/01, 03 e 04/02/2026. **Presença:** Acionistas representando a maioria do Capital Social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia:** (1) Alteração de endereço da sede, (2) Aumento do Capital Social e outros assuntos de interesse da sociedade. **Composição da Mesa:** Presidente – Venâncio Duque Mazutti Filho; Secretário – Wilberto Marcos Mazutti. **Deliberações:** (1) Foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a mudança da sede social da Companhia da Avenida Rio de Janeiro, 80 – Guarulhos – SP, para a Avenida Paulo Faccini, no 925, Torre C, sala 504, cep 07111-000, bairro Macedo, no Município de Guarulhos/SP. Em decorrência, o artigo 1º do estatuto da Companhia passa a ter a seguinte redação: **“Art. 1º. – Denominação, Sede e Prazo de Duração.** A sociedade anônima fechada regida por este estatuto, denominada **Weduma, Empreendimentos, Administração em Participações S/A**, com duração e prazo indeterminado, tem sua sede e foro na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Av Paulo Faccini, 925, Torre C, sala 504, cep 07111-000, bairro Macedo, podendo a critério da Diretoria, abrir dependências e nomear representantes, no território nacional ou no exterior.” (2) Foi aprovada o aumento do Capital Social da sociedade para R\$ 2.770.000,00 (Dois Milhões, Setecentos e Setenta Mil Reais). Forma de Integralização: o aumento é realizado em moeda nacional integralizado da seguinte forma: R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais) pelo sócio Venâncio Duque Mazutti Filho, sendo R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), no ato, em dinheiro e o saldo a integralizar, em 10 parcelas de R\$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais) cada, mediante a emissão de 30.000,00 (Trinta Milhões) ações preferenciais. Em razão da deliberação tomada nos termos acima, os acionistas decidem aprovar a alteração do caput do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 3º - Capital e Ações –** O Capital social da Companhia é de R\$ 2.770.000,00 (Dois Milhões, Setecentos e Setenta Mil Reais), representado por 78.315.117 (setenta e oito milhões, trezentas e quinze mil, cento e dezessete) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 29.252.725 (vinte e nove milhões, duzentas e cinquenta e dois mil, setecentas e vinte e cinco) ordinárias e, 49.062.392 (quarenta e nove milhões, sessenta e duas mil, trezentas e noventa e duas) preferenciais nominativas”. **Encerramento:** Nada mais a tratar, lavrada a Ata, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Guarulhos, 11 de fevereiro de 2026. Venâncio Duque Mazutti Filho – Presidente; Wilberto Marcos Mazutti – Secretário. Acionistas Presentes: Venâncio Duque Mazutti Filho, Vladimir Edson Mazutti, Wilberto Marcos Mazutti. JUCESP nº 133447-26 em 11/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



